

Informe FUP

17.11.2015

FUP discute com MPT práticas antissindicais da Petrobrás durante a greve

A FUP realiza nesta terça-feira (17) à tarde audiência com a Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília, para cobrar apuração das práticas antissindicais da Petrobrás e subsidiárias durante a greve. Nas últimas semanas, as entidades sindicais denunciaram as medidas arbitrárias tomadas pela empresa na tentativa de criminalizar os trabalhadores e suas organizações, violando a Lei 7783/89, que garante o direito de greve.

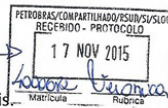
É preciso uma apuração rigorosa e a devida responsabilização dos gestores pela utilização de aparatos policiais dentro das unidades operacionais, pelos interditos proibitórios que impuseram multas milionárias aos sindicatos, pelo bloqueio de contas bancárias das entidades, pela proibição dos dirigentes sindicais de acessar as unidades, pelas intimidações e ameaças aos trabalhadores através de telefonemas, e-mails, telegramas e mensagens eletrônicas, entre tantas outras ações ilegais cometidas pela empresa durante a greve.



DNE: 082/2015.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2015.

À Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás
At. Antonio Sergio O. Santana – Diretor Corporativo e de Serviços
C/C: Regina Valle – Gerente do RH Ambiência
Maurício Ferreira – Gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais



Prezados Senhores (as),

Pela presente vimos informar que os 13 Sindicatos dos Petroleiros filiados a esta Federação concluíram suas assembleias, que tinham como indicativo a aprovação das propostas apresentadas que tratam da discussão da Pauta pelo Brasil, a renovação do Acordo Coletivo e a suspensão da greve.

Ressaltamos que em todas as assembleias, os temas dias parados e possibilidade de sanções disciplinares tiveram grande apelo, inclusive nos 10 Sindicatos filiados a FUP que aprovaram na íntegra os indicativos da entidade. Nesse sentido, vimos solicitar da Cia. que reveja a sua posição em relação aos assuntos acima citados.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente,

Jose Maria Rangel – Coordenador Geral
FUP – Direção Colegiada

Av. Rio Branco, 133 – 21º andar – Centro
CEP 20040-006 – RJ – Rio de Janeiro
Tel/Fax (021) 3852-5002 e-mail: fup@uol.com.br – fup@fup.org.br

Também será cobrado que o Ministério Público tome as devidas medidas para responsabilizar a Petrobrás pelo pagamento indevido de horas extras às equipes de contingência. Como orientado pela FUP, vários sindicatos ingressaram com ações judiciais, denunciando a ilegalidade dessa conduta e os riscos que os gestores submeteram os trabalhadores, financiando equipes despreparadas de gerentes para assumirem a produção das unidades em greve.

Tratamento dos dias parados

Na manhã desta terça-feira (17), os dirigentes sindicais avaliaram o quadro nacional das assembleias, onde os trabalhadores, inclusive nas bases dos 10 sindicatos que aprovaram a proposta conquistada e suspenderam a greve, apontaram a necessidade da Petrobrás rever a sua posição em relação aos dias parados e à possibilidade de sanções disciplinares. A FUP encaminhou à empresa no início da tarde documento cobrando um posicionamento em relação a esses dois temas.

Direção Colegiada da FUP